

STJ00114858

Paulo Eduardo Alves da Silva

ACESSO À JUSTIÇA E DIREITO PROCESSUAL

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9750-7

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrove, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900 –
CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

120322

Silva, Paulo Eduardo Alves da
S586 Acesso à justiça e direito processual / Paulo
Eduardo Alves da Silva – Curitiba: Juruá, 2022.
322 p.; 21cm

1. Acesso à justiça. 2. Direito processual. I. Título.

CDD 342 (22.ed)

CDU 342

00035

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	19
LISTA DE ABREVIATURAS	21
INTRODUÇÃO	23
I ACESSO À JUSTIÇA E LITIGIOSIDADE	31
1 Dimensão Jurídica e Dimensão Social da Litigiosidade	37
1.1 A função social da litigiosidade e o engano da teoria processual	39
1.2 A “velha novidade” da litigiosidade de massa e uma nova teoria da jurisdição	43
1.3 A litigiosidade necessária – a função regulatória da judicialização (Kagan).....	48
2 Acesso à Justiça – Abordagens e Conceitos	51
2.1 Sentidos possíveis de acesso à justiça	52
2.2 Acesso à justiça normativo-institucional (Cappelletti e Garth)....	56
2.3 Um certo otimismo quanto ao papel do direito.....	60
3 Acesso à Justiça e Desigualdades	63
3.1 O direito não é neutro – favorecimento legal e assimetria processual	64
3.2 Assimetria processual: as vantagens do litigante experiente (Galanter)	68
3.3 Neutralizar desigualdades: a missão substancial do acesso à justiça	74
3.4 Acesso à justiça e desigualdade interseccional – gênero, raça e classe social (Sandefur).....	76
4 Litigiosidade e Litigância Judicial – Etapas da Transformação das Disputas	79
4.1 A transformação das disputas em litígios e o sistema sociojudi- cial de administração dos conflitos (“ <i>dispute pyramid</i> ”).....	81
4.2 Litigiosidade, direito material e judicialização.....	83
4.3 Um sistema complexo de administração de conflitos (“ <i>the dispute tree</i> ”).....	87

5	Acesso à Justiça e a Construção Social da Legalidade	91
5.1	Acesso à justiça como resultado das experiências pessoais (Sandefur).....	96
5.2	O sentido de justiça do devido processo (Tyler).....	99
6	As Dimensões Institucional, Social e Cultural da Litigiosidade e do Acesso à Justiça (Conclusão do Capítulo).....	102

II ACESSO À JUSTIÇA CIVIL, LITIGIOSIDADE E

JUDICIALIZAÇÃO NO BRASIL	107
1 Leis e Teorias Sobre o Acesso à Justiça no Brasil.....	109
1.1 O acesso à justiça na legislação brasileira: surfando “ondas” de reformas institucionais.....	111
1.2 O acesso à justiça na produção teórica: direito processual ou exercício de cidadania?.....	118
1.3 O dilema do “acesso à justiça” na legislação atual: entre eficiência e “necessidades sociais”.....	126
1.3.1 As recentes transformações no modelo processual civil brasileiro.....	130
2 Indicadores de Acesso à Justiça no Brasil – Litigiosidade e Judicialização	135
2.1 Acesso quantitativo e acesso qualitativo à justiça	136
2.2 O brasileiro é mesmo muito litigante? Potencial de litigiosidade e judicialização no Brasil.....	141
2.3 A litigiosidade no Brasil é baixa e crescerá com o desenvolvimento social	143
2.4 O aparente paradoxo: baixa confiança na Justiça e alta judicialização.....	147
2.5 Poderia ser muito pior: cumprimento das leis, coerção social e judicialização no Brasil.....	153
3 O Acesso à Justiça no Brasil: Perfil da Judicialização das Disputas... 157	
3.1 A competição pelo uso do Poder Judiciário	162
3.2 O discurso de “excesso de acesso à justiça” e o engano das políticas judiciárias.....	165
3.3 Acesso desigual à justiça e judicialização concentrada	169
3.4 O mito da litigância abusiva: como afinal litigam as pessoas comuns	172
3.4.1 “Litigância garantida”: a preferência pelo formalismo na litigância assimétrica	175
3.4.2 “Litigância submissa”: invisibilidade e manipulação do cidadão litigante	179
3.4.3 “Litigância responsável”: quando o devedor garante efetividade ao processo	186

4	Litigiosidade e Judicialização no Brasil (Notas Conclusivas)	189
III	ACESSO À JUSTIÇA E LITIGIOSIDADE NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	193
1	O Modelo Processual Civil Brasileiro	198
1.1	Modelos de justiça e de processo – dimensão político-organizacional do direito processual	198
1.2	Vetores político-organizacionais da legislação processual no século XX	202
1.3	Tecnicismo, publicismo e desformalização – marcas do modelo processual civil brasileiro do século XX	207
2	Tendências da Legislação Processual Atual – Eficientismo, Privatismo e Consensualismo	210
2.1	Indicadores dos impactos das mudanças sobre o acesso à justiça no Brasil	211
2.2	O processo civil entre a justiça e a eficiência	215
2.2.1	Gerenciamento de processos judiciais – ou, “das boas ou más relações entre o direito e a gestão”	217
2.2.2	Valorização formal da jurisprudência – um peculiar regime de unificação de decisões judiciais	227
2.3	Protagonismo das partes e “privatismo” processual	238
2.3.1	“Justiça consensual” – motivos e limites do acesso à justiça pelo consenso	243
2.3.2	Convenções e negócio jurídico processuais – avanços e obstáculos do privatismo processual	253
3	Eficiência, Liberdade e Desigualdades – o Equilíbrio dos Pratos na Nova Legislação Processual Civil (Conclusão do Capítulo)	263
	CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	269
1	Invertendo o Telescópio: Duas Estratégias Para se Buscar o Acesso à Justiça	272
2	Indicadores de Acesso à Justiça e Litigiosidade	274
2.1	Neutralização da assimetria entre as partes e redução do favorecimento aos litigantes com mais recursos e experiência de litigância	275
2.2	Articulação de métodos e processos públicos e privados e organização de um macrossistema sociojudicial de administração de conflitos	276
2.3	Distribuição do espaço do Judiciário, no sentido de reduzir a concentração do uso pelos mesmos “grandes litigantes”	278
2.4	Consideração à expectativa de “judicialização” da população brasileira	279

2.5	Atenção ao benefício da “proteção pelas formas”, principalmente nos litígios assimétricos	281
3	O Potencial de Acesso à Justiça da Nova Legislação Processual Civil	283
4	Elementos Para uma Sociopolítica do Direito Processual.....	287
	REFERÊNCIAS	293
	ÍNDICE REMISSIVO	305